

JOSÉ HUMBERTO PEREIRA MUNIZ FILHO

ESTABILIZAÇÃO  
DA TUTELA ANTECIPADA  
UM ESTUDO PRAGMÁTICO

Londrina/PR  
2020

  
**THOTH**  
EDITORA

© Direitos de Publicação Editora Thoth, Londrina/PR.  
 www.editorathoth.com.br  
 contato@editorathoth.com.br  
 Diagramação e Capa: Editora Thoth  
 Revisão: os autores. Editor chefe: Bruno Fuga  
 Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes  
 Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

### Conselho Editorial

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinatti • Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bianco Zalmora Garcia • Prof. Me. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Elve Miguel Cenci • Prof. Dr. Fábio Fernandes Neves Benfatti • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Prof. Dr. Osmar Vieira da Silva • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Me. Smith Robert Barreni • Prof. Me. Thiago Caversan Antunes • Prof. Me. Thiago Moreira de Souza Sabião • Prof. Dr. Thiago Ribeiro de Carvalho • Prof. Me. Tiago Brene Oliveira • Prof. Dr. Zulmar Fachin

---

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Filho, José Humberto Pereira Muniz. Estabilização da tutela antecipada – um estudo pragmático / José Humberto Pereira Muniz Filho. – Londrina, PR: Thoth, 2020.  
 187 p.

Bibliografia: [179]-187.  
 ISBN 978-65-86300-01-7

1. Processo civil. 2. Estabilização. 3. Direito processual I. Título.

CDD 341.46

1173814

Índices para catálogo sistemático  
 1. Direito Processual Civil : 341.46

---

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização.  
 Todos os direitos desta edição reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seu autor.

## SUMÁRIO

SOBRE O AUTOR .....	5
AGRADECIMENTOS .....	7
APRESENTAÇÃO .....	9
PREFÁCIO .....	11
INTRODUÇÃO.....	19
<b>CAPÍTULO 1</b>	
PREMISSAS INICIAIS E NOÇÕES FUNDAMENTAIS.....	23
1.1 Contextualização do tema, do problema e do título.....	23
1.2 O conceito “estabilização” .....	26
1.3 Tutelas satisfativas antecedentes .....	33
1.4 Evolução legislativa da estabilização no direito brasileiro.....	36
1.5 Quadro geral de “problemas” .....	39
<b>CAPÍTULO 2</b>	
A PRAGMÁTICA LINGUÍSTICA COMO MEIO DE INVESTIGAÇÃO .....	43
2.1 Por que não a hermenêutica?.....	45
2.2 Pragmática e pragmatismo: distinção necessária .....	57
2.2.1 Pragmatismo .....	58
2.2.2 Pragmática linguística .....	62
2.2.2.1 Pragmática de primeiro e segundo graus .....	65
2.2.2.2 Pragmática de terceiro grau: ideias de Austin e Searle.....	65
<b>CAPÍTULO 3</b>	
PONTOS DE LIGAÇÃO ENTRE A ESTABILIZAÇÃO DAS TUTELAS SATISFATIVAS E A PRAGMÁTICA.....	69
3.1 “Torna-se estável...”: o prelúdio.....	69

3.2 O contexto.....	71
3.3 A <i>dêixis</i> e a verificação de situações processuais concretas.....	82

## CAPÍTULO 4

ELEMENTOS ESTRUTURANTES DA ESTABILIZAÇÃO .....	91
4.1 Suporte fático da estabilização .....	91
4.1.1 O cerne da estabilização.....	96
4.1.2 Os elementos completante e complementar.....	103
4.2 O elemento declaratório nas decisões que envolvem a estabilização da tutela antecipada antecedente .....	105
4.3 Objeto da estabilização: elementos executivos e mandamentais da decisão antecedente .....	111

## CAPÍTULO 5

A COGNIÇÃO E O NÍVEL DE ESTABILIDADE DO FENÔMENO ESTABILIZATÓRIO NO PROCESSO CIVIL BRASILEIRO: UMA ANÁLISE DA (IN)EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA NA ESTABILIZAÇÃO .....	119
5.1 Da cognição à estabilização .....	119
5.2 Da (in)existência da coisa julgada: um contributo ao que está por vir.....	128
5.3 Das situações processuais da decisão sujeita à estabilização .....	131
5.3.1 Da decisão que extingue o procedimento antecedente .....	132
5.3.2 Da situação jurídica da decisão estabilizada após o decurso do prazo bienal para reforma, modificação ou invalidação .....	135
5.3.2.1 A ideia da imutabilidade das eficácias: posição de Eduardo José da Fonseca, Roberto Campos Gouveia Filho e Ravi Peixoto.....	136
5.3.2.2 Da “estabilidade soberana” ou preclusão processual: posição de Marcelo Barbi Gonçalves.....	137
5.3.2.3 Da discutibilidade da tutela, da definitividade dos efeitos e da extinção da ação modificatória dos efeitos (§2º do art. 304): posição de Adriano Soares da Costa.....	139
5.3.2.4 Da existência de coisa julgada material após o transcurso do prazo bienal.....	141
5.3.2.5 Da inexistência da coisa julgada material.....	143
5.4 Da posição defendida acerca da coisa julgada no fenômeno estabilizatório.....	146

**CAPÍTULO 6**

A ESTABILIZAÇÃO E SUAS PREMISAS EM ALGUMAS SITUAÇÕES PROCESSUAIS CONCRETAS .....	161
6.1 Algumas diferenças entre a tutela cautelar e a estabilização: análise acerca da estabilização às tutelas cautelares .....	161
6.2 A dimensão pragmática da expressão “recurso” e algumas situações desdobráveis .....	165
6.2.1 Do campo normativo da contestação à estabilização e da análise do julgamento do REsp 1.760.966.....	171
6.3 A aplicação dos honorários advocatícios sucumbenciais no fenômeno estabilizatório.....	174
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	177
REFERÊNCIAS.....	179